



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº 18/2019
Processo: 23346.000184.2019-11

1. OBJETO

1.1. Contratação de Segurador para a Frota de veículos oficiais pertencentes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Campus Muzambinho, por um período de 12 (doze) meses, com serviço de assistência 24 horas, contra colisão, incêndio e roubo, bem como, cobertura a terceiros contra danos materiais e danos pessoais, conforme demanda especificada nesse Termo de Referência.

1.2. A demanda do Instituto tem como base 28 veículos elencados abaixo.

1.3. Relação dos veículos:

G	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR DA FRANQUIA (REFERÊNCIA)	VALOR DE REFERÊNCIA
Grupo 01	1	Ônibus Mercedes O-362 40pas. 1976/1976 chassi 32142413023564	1	R\$ 2.325,00	R\$ 3.333,51
	2	GM D20 Custom 1987/1988 CHASSI 9BG244QNJHC007122	1	R\$ 2.845,33	R\$ 4.238,73
	3	ônibus Mercedes O-400 RS 48pas. 1995/1995 CHASSI 9BM664126SC081506	1	R\$ 4.485,67	R\$ 3.321,14
	4	VW Kombi 1.6 1994/1995 CHASSI 9BWZZZ23ZRP033043	1	R\$ 2.538,67	R\$ 3.207,25
	5	VW Parati 1.8 CL 1994/1995 9BWZZZ30ZRP276995	1	R\$ 2.198,00	R\$ 2.548,56
	6	Caminhão Ford Cargo 814 1999/1999 CHASSI 9BFV2UHG2XDB56657	1	R\$ 2.611,67	R\$ 6.484,95
	7	Fiat Siena ELX 1.4 2009/2009 CHASSI 9BD17201M93488320	1	R\$ 1.913,67	R\$ 3.313,54
	8	Fiat Linea HLX 1. 9 2009/2010 CHASSI 9BD110586A1515817	1	R\$ 2.122,67	R\$ 3.428,09
	9	Marcopolo Volare W8 28pas. 2010/2010 CHASSI 93PB12E3PAC032420	1	R\$ 6.086,33	R\$ 7.709,17
	10	Mercedes Benz Sprinter 2009/2010 CHASSI 8AC904663AE028535	1	R\$ 3.443,33	R\$ 6.369,08
	11	Mercedes Benz Sprinter 2009/2010 CHASSI 8AC904663AE029117	1	R\$ 3.443,33	R\$ 6.369,08
	12	Mascarello Gran Via Midi 46pas. 2010/2011 CHASSI 9532L82W5BR110679	1	R\$ 8.518,67	R\$ 5.940,37



13	GM S10 Cabine Dupla LT DD2 2013/2014 CHASSI 9BG148EK0EC426266	1	R\$ 3.328,67	R\$ 8.199,86
14	GM S10 Cabine Simples LT FS2 2013/2013 CHASSI 9BG144EP0DC491510	1	R\$ 3.510,33	R\$ 7.514,56
15	GM Cruze LT NB 2013/2013 9BGPB69M0DB352971	1	R\$ 2.469,33	R\$ 4.607,87
16	GM Cruze LT NB 2013/2014 CHASSI 9BGPB69M0EB138048	1	R\$ 2.469,33	R\$ 4.646,70
17	Doblo Essence 1.8 2014/2014 CHASSI 9BD119609E1121147	1	R\$ 2.827,33	R\$ 6.037,03
18	Doblo Essence 1.8 2014/2014 CHASSI 9BD119609E1119944	1	R\$ 2.639,33	R\$ 4.982,59
19	Doblo Ambulância 2014/2014 CHASSI 9BD223153E2037781	1	R\$ 2.639,33	R\$ 4.982,58
20	Caminhão VW 26-280 2013/2014 CHASSI 953658261ER419582	1	R\$ 6.865,67	R\$ 12.986,26
21	Marcopolo Volvo Paradiso 1200 G7 45pas. 2014/2014 CHASSI 9BVT2T122EE384148	1	R\$ 16.193,33	R\$ 7.557,80
22	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB148289	1	R\$ 1.929,33	R\$ 5.263,01
23	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB147295	1	R\$ 1.929,33	R\$ 5.263,01
24	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB143780	1	R\$ 1.929,33	R\$ 5.263,01
25	Spin 1.8L MT LT 2015/2016 CHASSI 9BGJB75E0GB146809	1	R\$ 1.929,33	R\$ 5.263,01
26	Fiat Linea HLX 1.9 2009/2010 CHASSI 9BD110586A1515800	1	R\$ 1929,33	R\$ 2.890,35
27	Micro Ônibus Iveco City Class 70C17 23pas. 2013/2014 CHASSI 93ZL68C01E8455658	1	R\$ 3.716,96	R\$ 5.654,99
28	Mitsubishi L200 4X4 GL 2008/2009 CHASSI 93XGNK7409C851563	1	R\$ 3.503,33	R\$ 6.465,41
				R\$ 153.841,52

1.4. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de por se tratar de contratação relacionada ao desempenho das atividades institucionais. Nesse caso, considerou-se as ações desenvolvidas pela Direção de Administração e Planejamento no intuito de preservar o patrimônio



público, minimizando eventuais questões e ações de responsabilidade civil, bem como de obter boas práticas de administração de riscos institucionais.

1.5. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário sendo iniciada a partir da aceitação da proposta, tendo a Contratada o prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato para efetuar a entrega das apólices à Direção de Administração e Administração.

1.6. O contrato terá vigência pelo período de 365 dias.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Quais os motivos que geraram a necessidade da aquisição ou contratação?

Com diversas viagens da Instituição, existe a possibilidade de que um sinistro ocorra. A contratação do seguro visa, em caso de ocorrência de um sinistro, garantir que o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho esteja isento de ter que arcar com os prejuízos da aquisição de um novo veículo no caso de perda total ou com os reparos necessários em caso de batidas com poucos danos as estruturas dos veículos. O seguro visa também que em caso de acidente com danos a terceiros estes sejam indenizados.

2.2 Quais os objetivos, metas e benefícios a serem atendidos?

O seguro total dos veículos visa assegurar a integridade física de servidores que utilizarem este veículos em viagens para cursos, visitas técnicas e fins pedagógicos e administrativos, além de resguardar o patrimônio público que compõe a frota do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho (bens patrimoniados da União), bem como garantir a cobertura de eventuais danos contra terceiros.

2.3 Justifique os quantitativos solicitados?

O quantitativo está de acordo com o número de veículos do Campus Muzambinho que possui 5 veículos

2.4 Quais os impactos do não atendimento?

Em caso de sinistro, deixar de assegurar o ressarcimento a terceiros e passageiros, a vantagem de custos mais baixos dos consertos e possíveis perdas provenientes de eventos que possam ocorrer quando da utilização dos citados veículos oficiais.

2.5 Foi considerado aspectos sustentáveis na solicitação?

Não se aplicam aspectos sustentáveis ao objeto dessa requisição.

2.6 O agrupamento se dá pela razão da padronização dos itens individuais, visando o princípios da economicidades , visto que um único contrato proporcionaria benefícios consideráveis para administração, como economia dos recursos financeiros , recursos humanos e tempo. Além disso, o agrupamento ampliará a competitividade, pois os valores serão mais atraentes, fazendo aquisições mais vantajosas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de seguro veicular para evitar prejuízos e garantir cobertura contra terceiros.



4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário sendo iniciada a partir da aceitação da proposta, tendo a Contratada o prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato para efetuar a entrega das apólices à Pró-Reitoria de Administração.
- 5.2. Os serviços poderão ser recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- 5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação do IF do Sul de Minas - Campus Muzambinho à empresa sobre a sua recusa. Esgotado esse prazo, a contratada será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.
- 5.4. Os serviços serão recebidos definitivamente em um prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante ateste da nota fiscal.
- 5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 5.7. A Contratada deverá executar os serviços utilizando-se de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a perfeita execução contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 6.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato
- 6.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos



critérios previstos neste Termo de Referência.

6.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. VISTORIA

7.1. Para um melhor dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria opcional dos veículos, nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim (responsável pelo Setor de Transportes), de segunda à sexta-feira, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 16:30 horas, devendo para tanto, o agendamento ser efetuado previamente.

Endereço: IFSULDEMINAS-CAMPUS MUZAMBINHO

Estrada de Muzambinho KM 35 – Bairro Morro Preto – Muzambinho/MG – CEP: 37890-000

Setor de Transportes – tel: 35 3571 5103

7.2. O prazo para a vistoria **opcional**, terá início no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

8. COBERTURA DO SEGURO

8.1. Prazo de cobertura: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

8.2. Cobertura do risco de veículos (casco) a preço de mercado referenciado com fator de ajuste de 100% (cem por cento) aplicado sobre a tabela de referência FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

8.3. Entende-se por fator de ajuste o percentual determinado pelo Segurado no ato da contratação do Seguro, a ser aplicado sobre a tabela de referência de cotação para o veículo quando da determinação do valor da indenização de perda total do veículo segurado, na data de liquidação do sinistro.

8.4. Em caso de ocorrência da extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, vigorará, automaticamente, outra tabela publicada em revistas ou jornais especializados e de grande



circulação (ex: tabela da Molicar).

8.5. Danos materiais a veículos de terceiros (RCF), no valor mínimo de R\$ 100.000,00.

8.6. Danos corporais a terceiros no valor mínimo de R\$ 100.000,00.

8.7. Danos Morais: R\$ 20.000,00

8.7. Morte ou invalidez permanente por passageiros no valor mínimo de R\$ 20.000,00.

8.8 Despesas médicas Hospitalares: R\$ 20.000,00

8.8. As despesas com socorro, salvamento do veículo, chaveiro, borracheiro, quando necessárias, em consequência de um dos riscos cobertos **(assistência 24 horas)**.

8.9. Em casos de pane (avarias) nos veículos deverá haver cobertura total sem limite de quilometragem, incluindo serviço de reboque do veículo avariado e um veículo para conduzir os ocupantes do veículo avariado.

8.10. Substituição de vidros, lanternas, retrovisores e faróis isenta do pagamento de franquia, com proteção completa (vidros, faróis, lanternas e retrovisores) com substituição automática, sem custas ou ônus para o IF do Sul de Minas - Campus Muzambinho

9. GARANTIAS DO SEGURO

9.1. Garantia a veículos terceiros (RCF) Danos materiais e corporais de terceiros; Garantia de Danos Materiais ao Veículo (DMV).

9.2. Garantia de indenização nos casos de Colisões em geral, abalroamento ou capotagem acidental.

9.3. Garantia de indenização nos casos de queda acidental de precipícios ou pontes.

9.4. Garantia de indenização nos casos de queda acidental sobre o veículo por qualquer agente que não faça parte integrante do mesmo ou não esteja nele afixado, como também, danos ao veículo consequentes de quedas transportadas pelo mesmo, desde que em decorrência de acidentes de viação, não estender como tal uma simples frenagem.

9.5. Garantia de indenização nos casos de explosão acidental, raio e suas consequências.

9.6. Garantia de indenização nos casos de acidente durante o transporte por qualquer meio apropriado.

9.7. Garantia de indenização nos casos de atos danosos praticados por terceiros.

9.8. Garantia de indenização nos casos de submersão parcial ou total de veículo em água doce proveniente de enxurradas, enchentes ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados em subsolo.

9.9. Garantia de indenização nos casos de granizo, furacão ou terremoto.

9.10. Garantia de indenização nos casos de furto ou roubo total do veículo.

9.11. Garantia de indenização nos casos de dano por tentativa ou decorrente de roubo ou furto.

9.12. Garantia de indenização nos casos de incêndio.

10. FRANQUIA E APÓLICE

10.1. O tipo de franquia será a normal obrigatória.

10.2. O perfil dos condutores é formado por motoristas terceirizados e servidores, devidamente habilitados, com autorização legal para conduzir veículos oficiais, devendo as propostas ser apresentadas sem as cláusulas de perfil do segurado.

10.3. A emissão da apólice será gratuita, não incorrendo qualquer tipo de custo para a Contratante.



11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, desde que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento dos serviços contratados.

13.2. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1.993.

13.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, tempestivamente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

13.4. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante.

13.5. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração.

13.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

13.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A Contratante obriga-se a exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta.

14.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

14.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.



14.5. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital de seus Anexos e deste Termo de Referência.

14.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

15. AVALIAÇÃO DO CUSTO

15.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 153.841,52 (CENTO E CINQUENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)**.

15.2. O custo estimado da contratação foi apurado mediante pesquisas de valores praticados no mercado.

15.3. Os valores tomados como referência para as coberturas foram fixados tendo como parâmetro as condições e importâncias contratadas para o mesmo objeto nos exercícios anteriores, tendo sido adotado o princípio da razoabilidade na proporção de 50% entre valores para RCF e APP.

15.4. Tendo sido verificado durante as pesquisas, nenhum indício de conluio entre as empresas realizadoras das cotações, entendendo que os preços coletados são aceitáveis e compatíveis, refletindo desta feita, os preços praticados no mercado.

16. PAGAMENTO

16.1. O valor total do contrato será pago em 12 parcelas iguais iniciando a primeira nos primeiros trinta dias contados da emissão das apólices e as demais parcelas a cada trinta dias da data da primeira.

16.2 O pagamento será feito por meio de Ordem Bancária na conta em nome da contratada, por esta indicada, após a apresentação da nota fiscal, fatura ou recibo, referente ao objeto, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento do documento de cobrança (N/F, fatura ou recibo) - IN/SG/MPDG nº2 de 06/12/2016 - art. 3º, §1º e art. 4º, inciso II.

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas para execução do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos devidamente reservados para o atendimento da demanda, sendo:

Fonte – 08100000

PTRES - 108839

Natureza de Despesa - 339039

PI - V20RLP01PSN

19. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. O IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho deverá acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

19.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato

19.3. A fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de



Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

19.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

- 20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- 20.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.4. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

20.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b. Multa:
 - b.1. Moratória de até 0,03% (zero virgula zero três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (Trinta) dias;
 - b.2. compensatória de até de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - b.2.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - Campus Muzambinho, pelo prazo de até dois anos;
- d. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;



- 20.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 20.3.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 20.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (Dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação formalizada pela autoridade competente.
- 20.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 20.9. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Muzambinho/MG, 02 de maio de 2019.

Zélia Dias de Souza
Diretora de Administração e planejamento

Renato Aparecido de Souza
Diretor-Geral